

Início / Economia / PIB voltará a aumentar de forma significativa nos próximos dois anos

PIB voltará a aumentar de forma significativa nos próximos dois anos

Entretanto, a dúvida é se isso será sustentável ao longo de um período maior, com taxas mais robustas. E a resposta passa pelo que emergir das urnas

🕒 postado em 24/12/2017 08:00 / atualizado em 24/12/2017 09:20

👤 **Deborah Fortuna - Especial para o Correio**, Rosana Hessel

A economia brasileira, finalmente, respira. Embora o Produto Interno Bruto (PIB) não cresça tanto quanto gostaríamos, não há dúvida de que o movimento seguirá para cima em 2018 e 2019. Não é pouca coisa depois de dois anos seguidos de queda. Estamos saindo de uma das maiores crises da nossa história.

O mercado espera para o próximo ano alta de 2,64% da produção do país — o Ministério da Fazenda vê 3%. Para o seguinte, ainda mais: 2,75%. Em dezembro de 2015, com o país atolado, o horizonte parecia menos alvissareiro: projetava-se 1,75% em 2018 e 2% em 2019.

O problema atual está na incerteza para além disso. Se há algo que cresce para valer no Brasil são as despesas públicas. E isso tende a comprometer a prosperidade, impedindo que sobre dinheiro para o setor privado investir. Diante das dificuldades para aprovação da reforma da Previdência, que ficou, na melhor das hipóteses, para fevereiro, o futuro do país pode ser posto a perder.

Seria um alívio pensar que, nas eleições do próximo ano, os temas necessários ao desenvolvimento do país vão ocupar a campanha eleitoral. Há grandes dúvidas de que isso aconteça. Para ajudar no debate, o Correio publicará nos próximos dias reportagens especiais sobre juros, inflação, consumo, investimentos, comércio exterior e emprego. Na página ao lado, o foco está nos impasses fiscais.

A continuidade do trabalho de resgate da confiança e dos investimentos inevitavelmente passará pelas urnas. O pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Marcel Balassiano, ressalta que o resultado eleitoral é que vai determinar o ritmo de recuperação da economia a partir de 2019. O instituto está mais conservador do que o governo e prevê expansão de 2,8%, no ano que vem, e 1%, neste ano. Reconhece que essas taxas poderão, inclusive, ser menores se as incertezas persistirem. “A recuperação será lenta e gradual, porque o potencial de crescimento do país é baixo, de 1,5% a 2% pelas contas do Ibre, portanto, mesmo no longo prazo, o país vai continuar crescendo pouco, porque um dos ajustes que precisa fazer para melhorar o potencial será o fiscal”, alerta.

Dívida pública

Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), nota também que, apesar das expectativas de crescimento da economia em 2018, após as eleições, há muitas incertezas, principalmente, do ponto de vista fiscal. “Eu costumo dizer que o indicador que é preciso olhar mais de perto é a dívida pública. E o cenário de 2019 ainda é

muito incerto, porque tem uma eleição no meio, e ela é uma caixa de surpresa”, afirma. Na avaliação do economista, as candidaturas com propostas diferentes podem avançar. “Aqueles que insistirem em fórmulas que deram errado no passado, não têm chance. Vai dar errado de novo e o país não tem mais tempo para isso”, alerta.

Para o economista-chefe do banco Haitong, Jankiel Santos, não há dúvidas de que a dinâmica da retomada dependerá da questão política. “A indústria está sendo puxada pelo setor automotivo, que está se recuperando com o aumento das exportações. Tivemos o fundo do poço em 2016. O que vai ajudar em 2018 serão os efeitos da política monetária, que ainda não repercutiram na economia. Mas, em 2019, tudo dependerá das eleições. Não será simples fazer previsões até lá”, avisa. “Os riscos serão maiores em 2019, e o ano vai ser desafiador. Mas tudo dependerá do resultado das eleições”, reforça.

Nos cálculos do **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, a expectativa é de algo em torno de 2,2%. Um crescimento ainda moderado, mas que já indica um alívio nas contas públicas. “Já houve uma boa recuperação na confiança dos agentes econômicos, dos investidores, de empresários e consumidores. Então, isso também já vem determinando o consumo que avançou nos últimos trimestres, e as exportações, que também cresceram. Então, há todo um conjunto de fatores”, destaca. Para que o quadro favorável seja confirmado ao longo do ano, há, entretanto, uma série de fatores que precisarão ser mantidos (veja quadro acima).

A sustentabilidade do crescimento depende de reformas estruturais. “O que temos frequentemente é um voo de galinha. Sobe aqui, mas cai logo ali”, brinca. Voos mais altos dependem da correção de problemas antigos, inclusive políticos. “O país cresce, mas, rapidamente, chegamos ao problema de infraestrutura logística. As rodovias são ruins, você tem um ambiente jurídico ainda duvidoso, e tudo isso faz com que o crescimento nunca seja sustentável, porque ainda têm mazelas que precisam ser corrigidas”, ressalta.

Tal volatilidade da economia é, para o economista-chefe da Rio Bravo, Evandro Buccini, uma característica dos países emergentes. “Se você olhar a economia norte-americana, europeia, todos têm ciclos econômicos mais fortes, mais fracos e, então, recessões. Nos emergentes, esses ciclos são mais ampliados do que nos desenvolvidos. É normal. É da própria dinâmica”, explica. Para ele, isso acontece porque, em determinado período de avanço, as famílias consomem mais do que deveriam. “Como resultado, o Banco Central sobe os juros, o salário também sobe, e isso, por consequência, machuca o lucro das empresas”, salienta.

A chave para sair desse impasse é o aumento da confiança e do investimento. “Se os empresários não acreditam que o futuro vai ser melhor que o presente, não investem. E se as pessoas acharem que o governo vai repetir os erros do passado ou tomar outro rumo que não seja bom, a expectativa das famílias cai também, e isso tem reflexo na atividade”, avalia.

A boa notícia, pondera Buccini, é que, mesmo com a crise política e a incerteza em relação à aprovação da reforma da Previdência (leia texto ao lado), é necessário uma “surpresa bem forte” para que o Brasil não se mantenha em crescimento em 2018. O gargalo ainda está na conjuntura política. “Enquanto a eleição não se provar muito ruim, ainda temos esperança. Temos uma incerteza para o lado bom, e não ruim”, considera.

De olho na Previdência

A aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso vai fazer toda a diferença para o crescimento de 2019 e para os anos seguintes. Embora as mudanças nas aposentadorias tenham efeitos mais nítidos a longo prazo, a chancela do Congresso vai melhorar a confiança na sustentabilidade das contas públicas, resultando em reflexos imediatos nos investimentos e no fluxo cambial.

Com o adiamento da votação da reforma na Câmara para fevereiro, a economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, evita até mesmo elevar as projeções para 2018 e mantém a taxa de expansão em 2,8%. Para ela, a postergação coloca em dúvida o processo de retomada,

porque a proposta de mudanças no sistema de aposentadorias será ainda mais desidratada do que a atual.

“As chances de não aprovação existem. O risco é alto e, por isso, mantivemos nossas premissas para 2018. Se o governo não resolver o problema fiscal, não há como manter nossas previsões do cenário otimista e veremos a dívida pública chegando a 110% do PIB em 2027, pelas nossas estimativas”, avisa.

As preocupações são compartilhadas por outros observadores. “A gente não tinha no cenário a aprovação da reforma da Previdência em 2017, e sim, em 2018. Em 2019 vai ser mais difícil cumprir o teto de gastos. Os ajustes que precisam fazer sem reformas chegou a R\$ 30 bilhões”, alerta o economista Pedro Schneider, do Itaú Unibanco, lembrando que a instituição está com previsão de crescimento do PIB em 3% em 2018, “mas com viés de baixa”.

Comprometimento

Pelas contas do especialista em contas públicas do Itaú Unibanco, se a reforma da Previdência for aprovada, a economia do setor público será de R\$ 14 bilhões para o setor público em 2018. “Como 90% dos gastos são obrigatórios e crescem automaticamente, o governo não tem escolha de gastar ou não. Nesses outros 10%, em que estão os investimentos, será preciso um ajuste de R\$ 30 bilhões”, avisa ele, reconhecendo que a cada novo corte no orçamento, o crescimento da economia fica comprometido.

Evandro Buccini, economista da Rio Bravo, avisa que os candidatos à Presidência precisam reconhecer desafios de longo prazo, como educação e envelhecimento da população. “Quem assumir vai ter que fazer uma nova reforma da Previdência, porque a que está aí é muito tímida. Os bebês nascidos a partir de 2019 vão ter um novo regime pela frente e precisarão poupar bem mais para se aposentar”, conclui.

Para o **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, o otimismo pode sobreviver mesmo sem reforma. “A Previdência é importante, mas não determinante. Há outras variáveis acontecendo.”, destaca. Entretanto, ainda que o texto da Previdência não seja definitivo para os avanços em 2018, poderia acelerar o crescimento. “Se a reforma não for feita, transfere-se um risco maior a médio e longo prazos, e isso acaba afastando investimentos. A reforma pode acelerar. Freá-lo é difícil”, observa.